

PROJETO DE LEI № 45

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de ecobarreiras nas redes hidrográficas para contenção de resíduos sólidos em córregos, canais e rios, bem como a instalação de pluviômetros e sistemas de alarmes e dá outras providências.

A Câmara Municipal de itabirito aprova:

Art. 1º Dispõe sobre a instalação de sistema de ecobarreiras na rede hidrográfica que corta o município de Juiz de Fora para contenção de resíduos sólidos, com o objetivo de impedir que resíduos flutuantes descartados e dispostos inadequadamente em córregos, canais e rios cheguem à zona costeira e às lagoas.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, consideram-se:

- I ecobarreiras: estruturas flutuantes, como garrafas PET e bombonas plásticas, instaladas transversalmente nas calhas de corpos d'água, em trechos próximos à foz, para retenção dos resíduos flutuantes;
- II resíduos flutuantes: material sólido persistente que pode flutuar ou permanecer em suspensão na água.

Art. 2º As áreas e locais onde serão instaladas as ecobarreiras e a estrutura física poderão ser definidas pelo Poder Executivo.

Receledo, 03/02/2023 as 17:266. Beatriz



Art. 3º O Poder Executivo poderá celebrar convênios com universidades, escolas, organizações não governamentais, associações, cooperativas e instituições, públicas e privadas, para a realização de estudos científicos, instalação e manutenção das estruturas flutuantes, bem como coleta, triagem e encaminhamento para reciclagem dos resíduos flutuantes retidos nas ecobarreiras.

Art. 4º O Poder Executivo poderá, conjuntamente com o disposto no art 1º, instalar sirenes de alerta à população e instalar pluviômetros em períodos chuvosos nas áreas de risco já mapeadas pela Defesa Civil. O alerta deve emitir uma mensagem gravada indicando que as chuvas atingiram nível preocupante e que é necessário desocupar as casas e dirigir-se a áreas seguras.

Parágrafo único. Os equipamentos de que trata o caput deste artigo deverão ser monitorados pelos técnicos da Defesa Civil do Município.

Art. 5º O poder público juntamente com a Defesa Civil do Município poderá instalar rotas de fuga seguras. As rotas devem ser devidamente identificadas para que as pessoas não sejam expostas a outros riscos no trajeto para áreas mais seguras.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala de reuniões, 06 de Fevereiro de 2023.

FÁBIO AUGUSTO DA FONSECA VEREADOR



JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal de Itabirito a presente proposição que, considerando o seu relevante interesse público e seu caráter notadamente social, dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de ecobarreiras nas redes hidrográficas para contenção de resíduos sólidos em córregos, canais e rios, bem como a instalação de pluviômetros e sistemas de alarmes e dá outras providências.

Como é de conhecimento de todos, nos últimos anos, Itabirito vem sofrendo com o impacto de fortes temporais que desalojam famílias e deixam bairros inundados. Em 2022, os estragos foram enormes, a ponto de afirmar que foi a pior enchente da história da nossa cidade.

Certo é que grande parte da população, convivem com o medo e a insegurança quando chega a temporada das chuvas.

Diante deste contexto, ressalta-se que a presente proposição visa a instalação de Ecobarreira que consiste na contenção de lixo flutuante que é lançado ou muitas vezes despejados em regiões hídricas, poluindo aquele local. O descarte irregular de lixo e acúmulo desses materiais em rios e córregos contribui para enchentes.

Acredita-se que com a instalação das redes coletoras em pontos estratégicos de rios, córregos e canais, poderá contribuir efetivamente para o recolhimento de materiais sólidos flutuantes que podem ser encaminhados as cooperativas para reciclagem, gerando renda e tirando centenas de trabalhadores do desemprego.

Por outro lado, o sistema de alerta em situações de risco é um mecanismo de mobilização das comunidades, com foco no desempenho de ações proativas, frente a eventos de chuvas fortes. As sirenes deverão ser instaladas em locais de risco,



previamente mapeadas pela Defesa Civil, a fim de alertar a população que reside no local e que transita nas áreas próximas aos rios e canais. Os técnicos devem disparar o alarme quando houver previsão de chuvas fortes, alagamentos e deslizamentos. A implementação desse sistema, se traduz na redução do número de acidentes durante chuvas intensas.

Diante das razões acima expostas, espero contar com o apoio do Sr. Presidente e dos Ilustres Edis que compõem esta Casa na aprovação desta proposição, tendo em vista, como já dito, seu relevante interesse público e seu caráter notadamente social.

Sala de reuniões, 06 de fevereiro de 2023.

FABIO AUGUSTO DA FONSECA VEREADOR